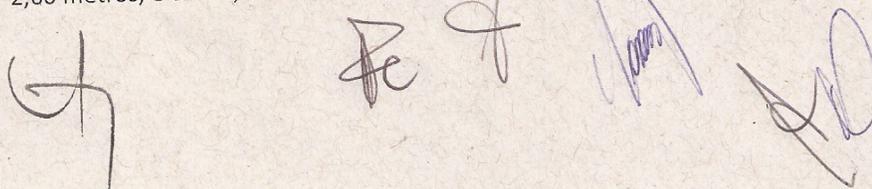
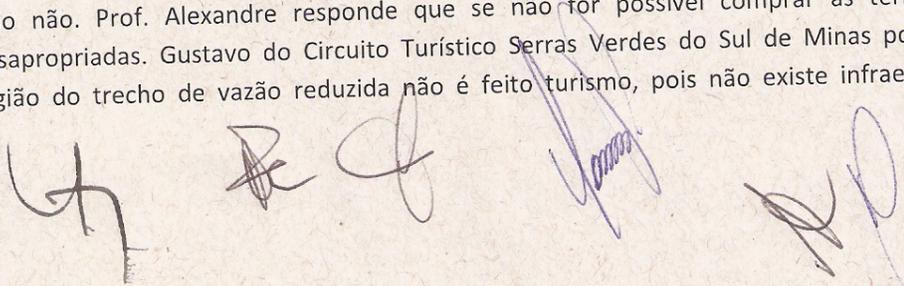


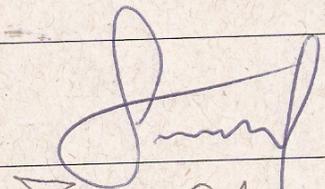
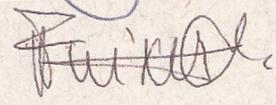
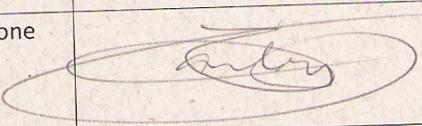
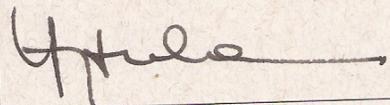
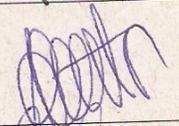
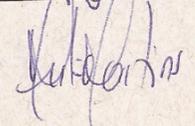
**ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO CONSULTIVO DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL FERNÃO DIAS – 27 DE ABRIL DE 2011** – Ao vigésimo sétimo dia do mês de abril de 2011, às 14 horas, na Sede da Área de Proteção Ambiental Fernão Dias (APAFD), teve início a 2ª Reunião Ordinária de 2011 do Conselho Consultivo da APA Fernão Dias. Estavam presentes os seguintes conselheiros: Sidney José da Rosa (Prefeitura de Itapeva), Francisco Oswaldo Prado Teixeira (Prefeitura de Paraisópolis), Gisele Lourenço (Superintendência Regional de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SUPRAM Sul de Minas), Alessandro Santos do Nascimento (Polícia de Meio Ambiente), José Carlos Zambone (Circuito Turístico Serras Verdes do Sul de Minas), Ursula Olga Röpke (Associação Educacional Bom Jardim), Arthur Benedicto Ottoni (Universidade Federal de Itajubá), João Luiz de Moraes Hoeffel (Universidade São Francisco) e Márcia Viana L. Martins (Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Sapucaí). A gerente da APAFD, Raquel Junqueira Costa, cumprimenta a todos e inicia a reunião esclarecendo os procedimentos da reunião do conselho e dos processos que serão analisados durante a reunião. Em seguida Raquel informa as ausências justificadas: Paulo Henrique Pereira (Prefeitura de Extrema), Edson Covic (Cia. Melhoramentos), Isaac Borges da Rosa (Associação Orgânica e Biodinâmica Serras de Santana), Geovane Rodolfo Pereira Diógenes (Prefeitura de Sapucaí Mirim). Raquel esclarece que todo empreendimento que faz o licenciamento ambiental e está localizado dentro da APA Fernão Dias necessita da anuência prévia, que é um dos documentos necessários para que o empreendimento consiga a licença ambiental da SUPRAM. Ressalta também que a anuência não representa a licença definitiva. A seguir Izabella, funcionária da ERSa – empresa responsável pelo projeto da Pequena Central Hidrelétrica – PCH Tombo, e Guilherme (consultor da ERSa) se apresentaram. Izabella fez um breve histórico sobre a PCH Tombo. Lembrou que em 2009 houve a audiência pública em Camanducaia, e em novembro de 2010 foram protocolados os estudos complementares solicitados pela SUPRAM. Disse que o foco da ERSa é a energia renovável e PCHs que produzam entre 1 e 30 megawatts. Informou que a PCH Tombo terá uma capacidade de geração de 16 megawatts e serão alagados 0,78 ha, a tubulação terá 4,5 km e 12,92 hectares de Mata Atlântica serão suprimidos para fazer os canteiros de obras, sendo que 0,9ha dessa supressão será definitiva. Izabella mencionou espécies da fauna identificada no trecho de vazão reduzida: martim-pescador, garça, capivara, paca e o bagre que necessita de 10 cm de altura da água para sobreviver. Com relação ao uso nesse trecho de vazão reduzida foi observada a irrigação (uso não passível de outorga – insignificante) e a pecuária. Logo após, Izabella listou os programas de controle, monitoramento e recuperação da área afetada, porém não detalhou nenhum deles. Em seguida Guilherme apresentou o hidrograma ecológico, e explicou as características da vazão e enumerou os afluentes do rio no trecho de vazão reduzida (2). Guilherme disse que o dobro da altura do peixe deve ser a altura da lâmina d'água. A vazão será de 0,7 m<sup>3</sup>/s no período mais crítico, e a média anual do rio que é de 1,29 m<sup>3</sup>/s ocorrerá em 20% do ano. Segundo Guilherme o rafting tem início após o local onde pretende-se instalar a casa de máquinas. O Prof. Alexandre Augusto disse que a UNIFEI é centro de referência em PCHs, e que a Universidade tem associação com empresas que geram energia renovável. João Luiz pergunta se o estudo está disponível e Raquel diz que será disponibilizado em CD para os conselheiros. Pergunta também se há um estudo sobre a qualidade da mata que será suprimida, e se há detalhamento sobre os 30 programas citados. Izabella respondeu que só na etapa da licença de instalação e do Plano de Controle Ambiental (PCA) serão detalhados. João Luiz disse que é preciso ter cuidado, pois em São Paulo ao final de uma obra da Petrobrás as estradas rurais ficaram destruídas e muito transtorno foi gerado, por isso é necessário haver detalhamento do que poderá ser feito. Francisco perguntou sobre o diâmetro do túnel. Os representantes da ERSa responderam que irá variar entre 2, 25 e 2,60 metros, e terá 4,5 km de extensão e que será feito por processo explosivo. Igor da Radix disse



que não foi falada a proposta para que o rafting que já é feito a 13 anos na região possa continuar. O Prof. Alexandre disse que irá ser garantida a vazão a jusante para o rafting. Igor pediu garantias de que a quantidade mínima de água será a necessária para não prejudicar o rafting. O Prof. Alexandre propôs um programa de intervenção garantindo a altura mínima da água para o rafting no trecho de vazão reduzida. Nivaldo membro da Associação do Bairro do Jaguari perguntou se tem peso o que as pessoas pensam, pois existe um abaixo-assinado com cerca de 1000 assinaturas de pessoas que não querem a instalação da PCH. Disse também que no trecho de vazão reduzida existem duas cachoeiras de grande beleza, que são visitadas até por estrangeiros. Ressaltou que o rafting no passado começava mais acima no rio, e que a Melhoramentos fechou o acesso, e agora o rafting começa mais adiante. O Prof. Alexandre respondeu que a audiência pública não é deliberativa e o que prevalece é o interesse público, e que a população é ouvida como fonte consultiva. Dora da Prefeitura de Extrema comentou que quando se lê o EIA-RIMA não se percebe a contextualização. Disse que a preservação do entorno dos cursos d'água é estratégica pois abastece vários municípios até Piracicaba. Lembrou que até a década de 90 não havia muitas oportunidades para se preservar ou poder intervir nos processos buscando a preservação, e que a partir de 2005, com o projeto conservador das águas, o contexto mudou. Disse que para preservar a água é preciso preservar a floresta, pois há poucos fragmentos remanescentes, e alguns serão afetados, e isso não está sendo tratado com atenção. Dora afirmou não ter nada contra PCHs, mas não concorda que uma PCH seja instalada dentro de uma APA. Pontuou que é preciso quantificar quanto vale cada m<sup>2</sup> de floresta, para pensar uma ação compensatória para todo o rio, e que reconstituir uma mata nativa não é possível. Dora pede então, aos conselheiros que deixem a PCH Tombo para outro lugar. Os representantes da ERSa disseram que a supressão de vegetação não será grande. A seguir Márcia disse que gostaria de conhecer outras PCHs para saber mais sobre os impactos e ver se existem alternativas. Márcia afirmou que não podemos estudar o impacto pontualmente. Zambone manifestou alegria ao ver quantas pessoas estavam participando da reunião, e observou a falta de representantes de prefeituras. Disse que a sociedade civil tem que se apoderar de seus direitos, e que estamos dentro de uma APA e temos que discutir as questões pontuais que nos afetam. Sidney ressaltou que 160.000 pessoas poderão ser beneficiadas pela energia produzida, mas a perda acontecerá para as pessoas do local. Prof. Alexandre comenta que a área inundada será muito pequena. Gisele diz que a SUPRAM analisa os empreendimentos e acompanha todos os passos do processo, manifesta interesse em sobrepor o empreendimento sobre o mapa da APA Fernão Dias e em trabalhar em conjunto com o conselho dentro dos critérios técnicos e legais. Raquel ressaltou que a reunião do conselho não é uma audiência pública, mas acontece regularmente e as pessoas que se interessarem podem participar. Raquel solicitou aos representantes da ERSa que houvesse uma sobreposição do projeto ao zoneamento da APA. Raquel pergunta a pedido de participantes da reunião se haverá outra audiência pública. Os representantes da ERSa respondem que a lei prevê apenas uma audiência pública, e que há um prazo de 5 dias após a audiência para manifestações por escrito. Raquel pergunta a pedido de participantes o que é a ERSa. Os representantes da empresa respondem que é uma associação de entidades: Banco Pátria, Bradesco, CPFL e fundos de investimentos estrangeiros. Raquel pergunta a pedidos de participantes da reunião quantas barragens e casas de força serão construídas. Foi esclarecido pelos representantes da ERSa que haverá apenas uma barragem e uma casa de força. Júlia pergunta até onde vai o poder efetivo da empresa sobre as áreas que serão afetadas, pois as terras na margem direita do rio são de propriedade da empresa Melhoramentos, mas do outro lado não. Prof. Alexandre responde que se não for possível comprar as terras elas serão desapropriadas. Gustavo do Circuito Turístico Serras Verdes do Sul de Minas pontuou que na região do trecho de vazão reduzida não é feito turismo, pois não existe infraestrutura. Disse



também que muitas distorções foram feitas sobre a PCH para a comunidade, e que no futuro poderia ser gerado turismo no Jaguari de Baixo em um consórcio com a ERSA. Logo após foram marcadas possíveis datas de visita ao local onde a PCH Tombo pretende ser instalada. O próximo assunto tratado foi a escolha do representante da sociedade civil da APA Fernão Dias no Conselho do Mosaico Mantiqueira. Raquel informou que Isaac, o atual representante, havia dito que seria mais difícil participar das reuniões nesse ano e que não se oporia se o conselho indicasse outro representante. Por consenso entre os conselheiros Ursula foi escolhida como representante. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, lavrando-se a presente Ata, que, lida e considerada conforme, vai ser assinada por todos os presentes.

Prefeitura de Itapeva	Sidney José da Rosa	
Prefeitura de Paraisópolis	Francisco Oswaldo Prado Teixeira	
SUPRAM Sul de Minas	Gisele Lourenço	
Polícia de Meio Ambiente	Alessandro Santos do Nascimento	
Circuito Turístico Serras Verdes do Sul de Minas	José Carlos Zambone	
Associação Educacional Bom Jardim	Ursula Olga Röpke	
Universidade Federal de Itajubá	Arthur Benedicto Ottoni	
Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Sapucaí	Márcia Viana L. Martins	
APA Fernão Dias IEF/MG	Raquel Junqueira Costa	

